

Saúde e segurança no trabalho: um estudo em empresas do setor de construção civil no município de Lavras – MG.

Adílio Renê Almeida Miranda (UFLA) adilioadm@yahoo.com.br

Lígia Cunha Neto Pimenta (UFLA) ligia_pimenta@yahoo.com.br

Francisco Carlos Gomes (UFLA) fcgomes@ufla.br

Maria Ângela Nascimento Gomes (UFLA) angelag@ufla.br

Resumo

A construção civil é um setor bem significativo na economia nacional. Seu destaque econômico gera profundas transformações no contexto social. Atualmente, discute-se bastante em esfera empresarial, a questão da qualidade de vida no trabalho, principalmente sob o enfoque da saúde e segurança no trabalho. Neste contexto, este trabalho pretende estudar, amparado pela legislação vigente, a realidade vivida pelos funcionários da construção civil sob a ótica da saúde e segurança no trabalho. Foi utilizada a pesquisa de caráter quantitativo, com questionários estruturados. Verificou-se que as organizações estão preocupadas com seus funcionários, porém, ainda há muito que fazer para melhorar a qualidade de vida dos funcionários. Indiscutivelmente a enorme rotatividade existente neste setor prejudica a formação de uma cultura de saúde e segurança e, a baixa escolaridade e qualificação facilitam o acesso a este tipo de emprego.

Palavras chave: Construção civil; Qualidade de vida; Saúde e segurança no trabalho

1. Introdução

O setor da construção civil teve e têm tido grande destaque no cenário nacional, mostrando sua importância no contexto econômico e social. Para se adequar às constantes transformações advindas da modernização, as empresas necessitam incorporar ao seu processo gerencial várias questões que antes não representavam tanta importância, sendo uma delas a preocupação com a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Na opinião de Dacol (1996) citado por Honório (1998), o setor mescla em seu processo produtivo, do ponto de vista tecnológico, o tradicional (artesanal) com o convencional (mecanização parcial e divisão de trabalho). Assim, este caráter semi-artesanal envolve grandemente a utilização de mão-de-obra operacional, importante matéria-prima para as organizações.

Esta mão-de-obra caracteriza-se, na maioria das vezes, por pessoas desqualificadas e com pouca instrução, sendo sua origem muitas vezes da zona rural. Estes funcionários, por falta de oportunidades de trabalho no campo, migram para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, contudo, por não terem quase nenhum preparo técnico, se submetem a baixos salários que não lhes permitem cobrir seus gastos com as necessidades básicas da família.

Nesta perspectiva, surge a necessidade por parte dos gerentes das empresas construtoras em investir mais em seus funcionários, não apenas em programas de capacitação que visem oportunidades de crescimento profissional e pessoal, mas também no sentido de ouvi-los mais e considerar suas opiniões e necessidades.

A preocupação com a qualidade de vida no trabalho é algo que está diretamente ligado à produtividade da empresa. Funcionários satisfeitos e motivados são mais comprometidos com o trabalho, e em condições ótimas de saúde aliada a um ambiente saudável, chega-se à qualidade e produtividade pretendidas.

Este trabalho tem por objetivo traçar o perfil dos trabalhadores da construção civil pesquisados, fazer uma análise da qualidade de vida no trabalho, sob o enfoque da saúde e segurança dos trabalhadores, através do estudo em empresas do setor de construção civil. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e apoiando-se nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, pretende-se verificar se a legislação está sendo seguida, para que se possa garantir a integridade da saúde dos funcionários.

Utilizou-se o método de pesquisa quantitativa, como forma de garantir a objetividade das respostas. Os questionários aplicados foram os estruturados, a fim de obter perguntas com mais clareza para os entrevistados.

Para facilitar o entendimento deste estudo, primeiramente fala-se sobre Qualidade de Vida no Trabalho, logo após, descreve-se a indústria da construção civil a fim de contextualizar a realidade do setor e sua importância para a economia nacional. Posteriormente aborda-se a questão da saúde e segurança no trabalho bem como sua legislação.

2. Qualidade de Vida no Trabalho

Segundo Limongi França (2003), citado por Alcântara (2004), a Qualidade de Vida está relacionada com a compreensão das condições de vida no trabalho, onde pode-se incluir elementos como: bem-estar, garantia de saúde e segurança física, mental e social.

Alcântara (2004), cita que os benefícios de se investir em Qualidade de Vida no Trabalho podem ser: a melhor qualidade e motivação no trabalho, a redução do número de doenças e afastamento, a oportunidade de crescimento pessoal-profissional e a otimização dos recursos da empresa.

Na opinião de Albuquerque e Limongi França (1998), *“Qualidade de Vida no Trabalho é um conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implementação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente de trabalho, visando propiciar condições plenas de desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho”*.

Assim, pode-se dizer que a Qualidade de Vida do empregado está diretamente ligada com a sua produtividade. Como o conceito inclui vários elementos que vão impactar nas condições de vida no trabalho e no próprio grau de satisfação destes, entende-se que investir nesta área pode gerar grandes retornos para as empresas.

3. A construção civil no Brasil

O setor de construção civil tem sido um importante demonstrador da economia no Brasil. Em tempos de crise é um dos setores que mais sofre impacto, pois está relacionado tanto à baixa quanto à alta camada econômica. Seu desenvolvimento está ligado ao salário dos trabalhadores, ao investimento do governo, a confiança do empreendedor, por isso seu forte envolvimento com a economia brasileira.

Conforme números da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), de acordo com Ribeiro (2004), *“em 2000 a contribuição da construção civil para a formação do PIB foi de 9,06%, sendo que em 2002 este número caiu para 7,96%. Desde 2000 o setor não registra crescimento, sendo que, desde maio de 2001, o saldo de geração de empregos no setor é negativo”*. Entretanto, apesar do que mostram os dados, a indústria da construção civil é uma das responsáveis pela estrutura econômica do país.

Há ainda que ressaltar que a construção civil é a que mais absorve mão-de-obra no setor urbano. Porém, essa mão-de-obra é não qualificada e, conseqüentemente, em períodos de recessão, é uma das que mais sofre com o desemprego.

A infra-estrutura desse setor em relação aos riscos de trabalho é indiscutivelmente baixa. Constata-se que é responsável por 22,8% dos casos de óbitos por acidentes de trabalho. E quanto às causas, de acordo com Machado e Gómez (1994), esses são provocados pelo

sistema de transporte (51,5%), quedas (13,6%), quedas de objetos (12,1%) e traumatismos por força de pressão, aparatos de transmissão, congelamento e eletrocussão (7,6%). Em relação às partes do corpo, a cabeça é a mais atingida, vindo em seguida o tronco.

Diante desses dados, sabe-se que não há um rígido sistema de segurança relacionado ao setor. O que poderia impactar em uma significativa redução do número de acidentes de trabalho seria a adoção de uma política de Engenharia de Segurança e Medicina no Trabalho obrigatória para empresas com mais de 100 empregados. Porém, conforme registrado pelo Anuário Estatístico do IBGE, de acordo com Ribeiro (2004), cerca de 82,8% das empresas de construção civil são consideradas pequenas, ou seja, com menos de 50 empregados. Em decorrência disso, a prevenção e fiscalização desse setor fica deficitária, tornando de responsabilidade da construtora os cuidados devidos.

Para que o setor de construção civil assuma com maior destaque seu papel de suporte da infraestrutura econômica do país, seu contexto precisa ser mudado em relação à qualificação da mão-de-obra, maior prevenção de acidentes, fiscalização do uso dos equipamentos de segurança, maior produtividade, menor desperdício e menor custo.

4. Saúde e Segurança no trabalho

A construção civil é um dos setores responsáveis pelo grande número de acidentes de trabalho. Conforme o Art. 2º da Lei nº 6367, de 19.10.76, *“acidente de trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda, ou redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”*, já no ponto de vista prevencionista, *“acidente de trabalho é uma ocorrência não programada que interfere no andamento do trabalho, ocasionando danos materiais ou perda do tempo útil”* (CRUZ, 1998).

Independentemente das descrições, o que não se pode discutir é que a indústria da construção civil é formada por uma mão-de-obra não qualificada de baixa escolaridade e alta rotatividade, o que prejudica a implantação de um sistema de prevenção e conscientização. Constata-se em registro que nos últimos vinte anos houve mais de vinte e cinco milhões de acidentes de trabalho com oitenta e seis mil óbitos (FUNDACENTRO, 1991; CITADO POR CRUZ, 1998). Diante dessa realidade, em 2000 foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e Emprego e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) visando à colaboração para desenvolver ações no campo da saúde e segurança no trabalho (MTE/CBIC). Várias cláusulas foram estabelecidas referentes à prevenção e desenvolvimentos de estudos dessa área, porém sabe-se que a precariedade em relação à saúde e segurança na construção permanece inalterada.

Há ainda que ressaltar que as empresas são obrigadas a oferecer gratuitamente os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), os quais são definidos pelo NR-6 de acordo com o risco envolvido e devem estar em perfeito estado de conservação. As regras de prevenção são estabelecidas pelo Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT). Porém, sua aplicação e fiscalização são deficitárias ainda no país.

Entretanto, nada adianta a organização implementar um sistema de segurança e saúde ocupacional se antes não desenvolver uma cultura de segurança dentro de si. Essa mentalidade deve estar consciente não somente nos trabalhadores como também nos empregadores. Estratégias de comunicação, conscientização, aconselhamento por especialistas, fiscalização e ações corretivas podem ser maneiras de se chegar a um bom funcionamento dessa cultura de segurança.

A incipiente área da Saúde e Segurança na indústria da construção civil é visível na maioria das construções que se vêem. O não uso dos equipamentos de segurança ou seu uso incorreto, a não fiscalização constante e falta de conscientização são marcantes.

5. A legislação da saúde e segurança no trabalho

A Constituição Federal, em seu art 7º, XXII citado por Teixeira e Teixeira (2002), ressalta: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:-... Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

Percebe-se nesta colocação dois aspectos importantes: o primeiro, refere-se à melhoria da condição social, acrescenta-se a preocupação com o lado humano do trabalhador, o que reflete diretamente na sua qualidade e produtividade. O segundo, diz respeito a como se conseguir esta melhoria, citando vários elementos como saúde, higiene e segurança, que, por sua vez propiciam a redução dos riscos no trabalho.

Em 1977 através da Lei nº 6514/77 houve uma modificação na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no capítulo que trata da Segurança do Trabalho. A modificação regulamentada pela portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho possui 28 Normas Regulamentadoras – NR. Estas normas, relacionadas com a saúde, segurança e medicina no trabalho, amparadas pela portaria citada, obrigam os empregadores a segui-la sob pena de multas, e em caso de constatação de risco grave, a fiscalização poderá interditar ou embargar o empreendimento.(TEIXEIRA e TEIXEIRA, 2002).

Segundo a CLT, em seu artigo 157 do capítulo V, cabe às empresas:

- I – cumprir e fazer as normas de segurança e medicina do trabalho;*
- II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais;*
- III – adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;*
- IV – facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade.*

Com relação ao setor da construção a norma específica é a NR-18, que regulamenta as condições e meio ambiente de trabalho. Ela estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

Como se percebe, a legislação é bem abrangente, porém, por falta de pessoal para fiscalização, ela nem sempre é seguida pelas empresas, que talvez por imprudência ou mesmo por desconhecimento das normas, acabam não se preocupando com a segurança do funcionário no trabalho, colocando assim, sua saúde em risco.

6. Metodologia

Para a realização deste trabalho utilizou-se com objeto de estudo empresas do ramo de construção civil do município de Lavras-MG, onde o número de funcionários de cada uma não ultrapassa cinquenta.

A motivação principal deste estudo foi avaliar a realidade vivida pelos funcionários da construção civil, visto que este setor é um dos grandes responsáveis por acidentes de trabalho e problemas de saúde. Verificou-se também, se a legislação está sendo seguida para que se possa garantir a integridade da saúde dos funcionários.

De acordo com Diehl e Tatim (2004), “*pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio e técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc., com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às inferências*”.

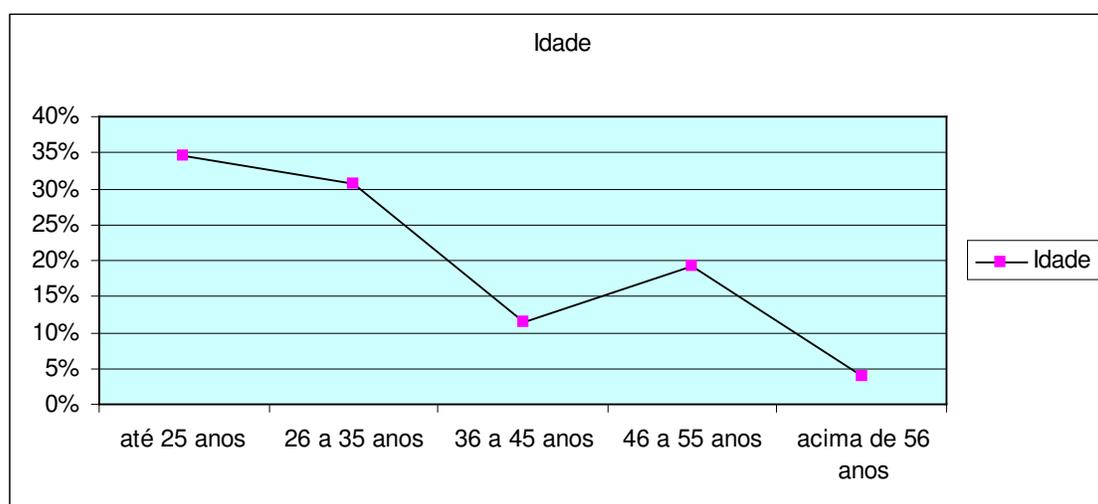
Os questionários utilizados foram os estruturados com perguntas fechadas. Segundo Babbie (1999), o questionário fechado possibilita uma maior uniformidade das perguntas e respostas tornando-as mais objetivas, além, de dar mais clareza às perguntas facilitando seu entendimento.

No presente estudo, foram entrevistadas pessoas que trabalham diretamente no canteiro de obras, incluindo-se encarregados, pedreiros, carpinteiros, bombeiros, e serventes.

7. Resultados e Discussão

Os resultados mostram o perfil dos trabalhadores do setor de construção civil das empresas pesquisadas, além da opinião destes em relação à realidade vivida, bem como uma abordagem das várias questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho.

Uma análise mais detalhada em relação ao perfil dos trabalhadores da construção civil pesquisados, constatou que há duas faixas etárias bastante significativas no setor de construção civil, conforme gráfico 1, abaixo:



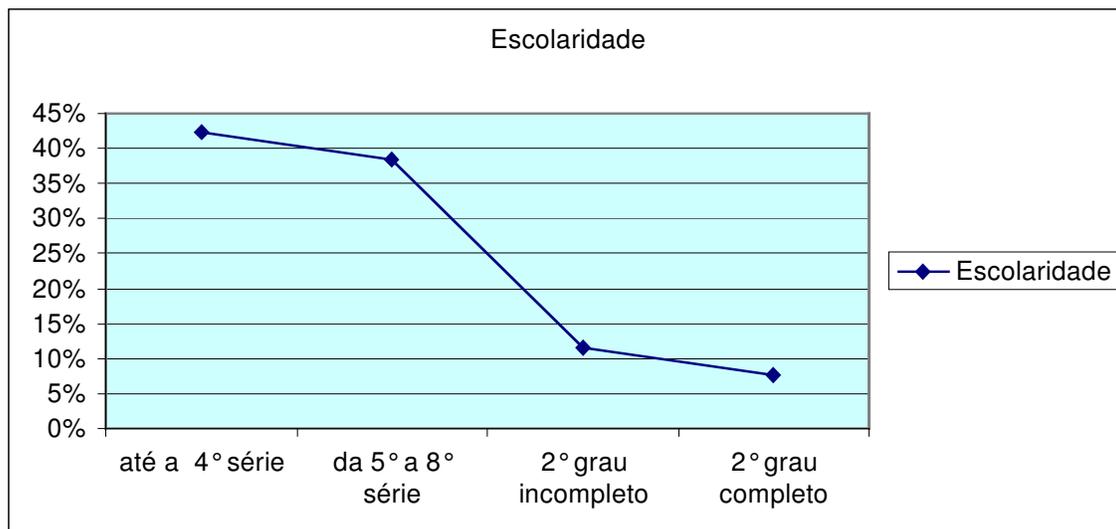
Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 1: Perfil dos trabalhadores em relação à idade

Entre os entrevistados, 35 % tem até 25 anos, seguido de 31% de 26 a 35 anos, sendo o restante, 34%, com idade acima de 36 anos. Assim, percebe-se uma mão-de-obra bem jovem. Talvez, uma possível explicação para este fato seja a facilidade de inserção dessa mão-de-obra no setor, que não exige boa qualificação ou elevado grau de instrução, ou mesmo pelo desgaste do trabalhador em virtude do esforço realizado no trabalho fazendo com que estes com idade relativamente alta não suportem o esforço físico exigido pelo trabalho.

Em relação ao tempo que trabalham na construtora os resultados apontaram para uma grande rotatividade de pessoal. Os resultados mostram que 92% dos funcionários trabalham na empresa há menos de 3 anos e apenas 8% trabalham a mais de 4 anos e menos de 10 anos. Dentre os entrevistados, nenhum deles trabalha na empresa há mais de 10 anos. Como o setor da construção é bastante incerto, ou seja, não se tem um padrão em termos numéricos de obras realizadas anualmente, há contratações ou demissões de acordo com a demanda por construções de obras. Contudo, apesar desta alta rotatividade, o tempo em que estes trabalhadores estão no setor de construção é bastante alto. Geralmente, estas pessoas começam a trabalhar por falta de melhores oportunidades e acabam ficando neste setor por quase toda vida.

Analisando o nível de escolaridade dos entrevistados, percebeu-se conforme já esperado, um baixo nível de escolaridade. O gráfico 2 demonstra este resultado:



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 2: Perfil dos trabalhadores em relação à escolaridade

Os resultados foram os seguintes: 42,3 % estudaram até a 4ª série, seguidos de 38,46% de 5ª a 8ª série e 19,24% com 2º grau, sendo 11,53% completo e 7,71% incompleto.

Estes dados revelam a realidade da mão-de-obra do setor de construção, onde grande parte dos empregados estão neste tipo de trabalho por falta de estudo ou pela facilidade de ingresso sem estudo.

A respeito do salário recebido por esta classe de trabalhadores, 57,70% dos entrevistados disseram que ganham até R\$400,00 por mês e outros 42,30% ganham de R\$400,01 a R\$800,00 por mês. Nenhum entrevistado disse que ganha um valor superior a R\$800,01 por mês. Estes resultados mostraram que pela baixa exigência de qualificação e escolaridade desta força de trabalho, as empresas também pagam baixos salários aos empregados.

O perfil dos trabalhadores, de acordo com esta pesquisa é formado por pessoas relativamente jovens, que apesar de estarem trabalhando no setor há vários anos, possuem uma alta rotatividade, mudando sempre de empresas em busca de melhores salários ou da não continuidade da obra. A baixa escolaridade, muitas vezes, pode justificar os baixos salários recebidos por esta classe, que por falta de estudo ou pela facilidade de acesso, ingressam no setor da construção civil e dificilmente mudam de profissão durante o trajeto de sua vida.

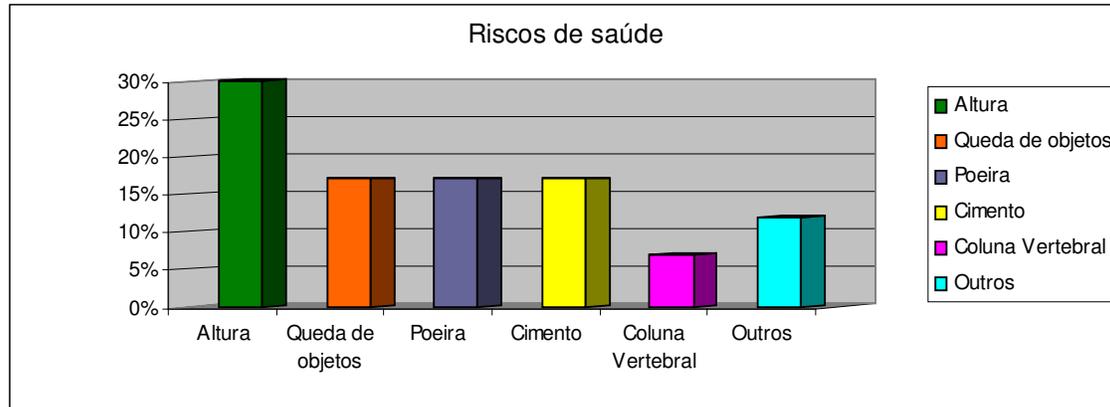
Partindo para uma análise das questões referentes à saúde e segurança no trabalho, percebeu-se que na avaliação dos funcionários, apesar de ainda existirem vários pontos a serem melhorados, as empresas estão preocupadas com a saúde e segurança de seus funcionários.

Quando perguntados se eles já haviam passado por algum problema de saúde em decorrência do trabalho, 88,46% revelaram que nunca tiveram nenhum tipo de problema, enquanto 11,54% disseram que sim. Essa mesma porcentagem foi verificada em relação à segurança do funcionário ao trabalhar para a empresa.

Em se tratando da ocorrência de acidente de trabalho em alguma obra trabalhada, 73,08% dos empregados disseram não ter conhecimento de acidentes. Os 26,92% que mencionaram que já aconteceram acidentes acrescentaram que em todas as ocorrências a empresa prestou toda a assistência necessária ao empregado.

Quanto ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), 92% relataram que a empresa os fornecem, entretanto, 11,54% revelaram que não os usam devido ao incômodo causado ou pelo fato de acharem que o risco é mínimo. A conscientização é feita através de reuniões na opinião de 80,77% dos entrevistados, sendo a fiscalização de responsabilidade do encarregado ou engenheiro da obra na maioria das vezes.

No que diz respeito aos riscos à que estão expostos, o gráfico 3 expõe os mais citados:



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 3: Principais riscos à saúde e segurança na opinião dos funcionários

Pode-se verificar que a altura é uma das mais citadas como risco tanto à saúde como à segurança, já que todos os canteiros de obras se tratavam de prédios com vários andares. Outros riscos foram citados como: queda de objetos, poeira, cimento, coluna vertebral.

Para a informação dos riscos pelos quais estão submetidos os empregados, as empresas utilizam-se de reuniões, fitas de vídeo e placas de informações, porém, em 34,61% das respostas, os funcionários disseram que nada é feito para informar.

Como forma de prevenir os acidentes de trabalho, são feitas reuniões de conscientização e fornecimento de EPI's, todavia, de acordo com os funcionários em 15,45% das vezes nada é feito para prevenção.

Estas duas últimas questões apresentaram uma porcentagem negativa relativamente alta da falta de cumprimento por parte da empresa das obrigações legais, demonstrando que apesar de ter sido constatado a preocupação das empresas com seus funcionários, ainda assim há muito que ser feito.

Finalmente, na opinião dos entrevistados a segurança coletiva no ambiente de trabalho foi avaliada como boa em 65,38% das vezes, 7,70% ruim e 26,92% disseram que poderia ser melhorada, sugerindo que reuniões e manutenção dos equipamentos fossem realizados com maior frequência.

8. Conclusão

Tomando por base o objetivo proposto, de investigar a realidade vivida pelos trabalhadores no que tange aos aspectos de saúde e segurança, amparado na legislação vigente, pode-se concluir que as empresas pesquisadas estão em conformidade com as normas legais referentes à construção civil. Porém, ainda há vários pontos a serem melhorados a fim de garantir uma maior efetividade da integridade física dos trabalhadores no canteiro de obras.

Como exemplo, pode-se citar como algo a ser aprimorado, o empenho da empresa para com a saúde e segurança dos empregados, ao entregar todos os EPI's necessários, e principalmente instruí-los quanto a maneira correta e importância de seu uso.

Ressalta-se também a dificuldades destas empresas em estar conscientizando seus empregados, já que a grande maioria é de baixa escolaridade acarretando em uma dificuldade

de entendimento das normas de segurança. Cita-se também o fato de que neste setor existe uma grande rotatividade de funcionários, o que dificulta a inserção de uma cultura de segurança no trabalho.

Além disso, o que facilitaria esta mudança seria a própria conscientização dos encarregados e engenheiros através do conhecimento das leis que regem o setor.

Enfim, há uma necessidade de sensibilização da alta gerência das empresas para a questão da garantia da Segurança e Saúde Ocupacional. Esta sensibilização pode ser efetuada principalmente através da constatação dos altos custos resultantes da ocorrência de acidentes, tanto em termos dos custos diretos dos acidentes, como pela perda da qualidade do produto e produtividade do processo.

9. Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, J. N. *Qualidade de vida: segurança, saúde, capacitação e lazer. O caso da indústria de Cal SN LTDA*. Monografia (Graduação em Administração). UFLA, 2004. 66p.

CRUZ, S. M. S. *Gestão de segurança e saúde ocupacional nas empresas de construção civil*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis. 1998. 124p.

DIEL, A. A, TATIM, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.168p.

HONÓRIO, D. E. *A qualidade de vida do operário da construção civil e sua importância na qualidade e produtividade em obras*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis. 2002. 130p.

MACHADO, J. M. H. ; GOMEZ, C. M. *Acidentes de trabalho: uma expressão da violência social*. Disponível em http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500006&script=sci_arttext. Acesso em 25/07/05.

TEIXEIRA, R. L.; TEIXEIRA, E. *Gestão da segurança, higiene e ergonomia no trabalho*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.184p.

RIBEIRO, N. H. *Aspectos sobre o desperdício na construção civil e procedimentos práticos para a sua redução*. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu). UFLA. Lavras. 2004. 60p.